



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 406/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00313 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de cópias de documentos. Solicitante frequente. Pedidos reiterados. Solicitação de muitas demandas em um curto intervalo de tempo. Abuso de direito. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 406/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, a Autarquia, após realizar consulta junto à Consultoria Jurídica do órgão, questionando os procedimentos a serem adotados no Sistema de informações aos Cidadão - SIC do CEETEPS, forneceu para a requerente cópia do Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021, e informou sobre a existência do Parecer CJ/CEETEPS 222/2022, onde ficou reconhecido o abuso de direito praticado pelo solicitante, justificando, assim, o não atendimento da presente demanda. Em resposta ao recurso, em grau de 1ª Instância, o ente reiterou a informação anterior e esclareceu acerca da vigência do referido Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021. Inconformada, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a Autarquia indicou para a requerente as razões de direito da recusa total do pedido de acesso a informação pretendida, com base nos pareceres jurídicos emitidos pela Consultoria Jurídica do órgão, conforme consta do processo CEETEPS-EXP-2022/32510.
4. Considerando que o órgão indicou para a solicitante as razões de direito para a negativa total do acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2015 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206055A